

A crise tem rosto de mulher: como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil

Hayeska Costa Barroso

Universidade de Brasília, Departamento De Serviço Social, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/5963738088033140>
hayeska.barroso@unb.br

Mariah Sá Barreto Gama

Universidade de Brasília, Departamento De Serviço Social, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-0744-9586>
mariah.gama@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3953300>

Recebido / Recibido / Received: 2020-05-31

Aceitado / Aceptado / Accepted: 2020-06-26

Resumo

As crises, sejam elas humanitárias, econômicas ou sanitárias, muitas vezes agregadas e sobrepostas, quer estruturais, quer conjunturais, costumam ter as mulheres como aquelas que sentem mais rápida, profunda e prolongadamente seus efeitos. Assim, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do COVID-19 para as mulheres no Brasil, sobretudo mulheres pobres e negras. Para tanto, lançaremos mão do recurso a dados estatísticos já disponíveis sobre essa realidade até o presente momento, além de possibilitar seu desvelamento à luz do debate teórico e crítico em torno de categorias como: desigualdade de gênero, violência contra as mulheres e divisão sexual do trabalho. As desigualdades de gênero consideradas aqui ficam evidentes no acesso à renda e ao trabalho, bem como na divisão de trabalhos domésticos e de reprodução da vida, nas ocorrências de violência doméstica e intrafamiliar, nas ameaças aos direitos sexuais e reprodutivos.

Palavras-chaves: Brasil, Coronavírus, Desigualdades de gênero, Divisão sexual do trabalho, Pandemia, Violência contra as mulheres.

The crisis has a woman's face: how gender inequalities particularize the effects of the COVID-19 pandemic on women in Brazil

Abstract

Crises, be they humanitarian, economic or health, often aggregated and overlapping, whether structural or cyclical, tend to have women as those who feel their effects more quickly, deeply and prolonged. Thus, the aim of this paper is to reflect on how gender inequalities particularize the effects of the Covid-19 pandemic for women in Brazil, especially poor and black women. To this end, we will make use of the statistical data already available on this reality to date, in addition to enabling its unveiling in the light of the theoretical and critical debate around categories such as: gender inequality, violence against women and sexual division of the job. The gender inequalities considered here are evident in the access to income and work, as well as in the division of domestic work and reproduction of life, in the occurrences of domestic and intrafamily violence, in threats to sexual and reproductive rights.

Keywords: Brazil, Coronavirus, Gender inequalities, Pandemic, Sexual division of labor, Violence against women.

La crisis tiene rostro de mujer: como las desigualdades de género favorecen los efectos de la pandemia del COVID-19 para las mujeres en Brasil

Resumen

Las crisis, sean ellas humanitarias, económicas o sanitarias, muchas veces asociadas y encubiertas, sean estructurales, sean circunstanciales, suelen tener a las mujeres como aquellas que sienten más rápida, profunda y prolongadamente sus efectos. Así, el objetivo del presente trabajo es reflexionar sobre como las desigualdades de género que caracterizan los efectos de la pandemia del COVID-19 para las mujeres en Brasil, sobre todo mujeres pobres y negras. Para eso, haremos uso de los datos estadísticos disponibles sobre esa realidad hasta el presente momento, además de posibilitar su esclarecimiento a la luz del debate teórico y crítico en torno a las categorías como: desigualdad de género, violencia contra las mujeres y división sexual del trabajo. Las desigualdades de género consideradas aquí se hacen evidentes en cuanto al acceso a ingresos y trabajo, así como en la división de trabajos domésticos y de reproducción de la vida, en las ocurrencias de violencia doméstica e intrafamiliar, en las amenazas a los derechos sexuales y reproductivos.

Palabras clave: Brasil, Coronavirus, Desigualdades de género, División sexual del trabajo, Pandemia, Violencia contra las mujeres.

1 Introdução

Em seu trabalho de caráter etnográfico sobre o impacto do zika vírus nas vidas de mulheres pobres nordestinas, Débora Diniz (2016) denuncia o abandono e a negligência do Estado brasileiro em relação às mulheres que, se antes já viviam sob completo desamparo, experimentam, com a epidemia do vírus, novas formas de precarização da vida e não reconhecimento de direitos. Diniz (2016) aponta para uma perversa interseccionalidade de marginalizações e precarizações que marca a forma como a epidemia do zika virus atingiu mulheres anônimas, com baixa escolaridade, pobres e dependentes dos serviços públicos.

Desigualdades de gênero, bem como de raça, território, regionalidade, renda e escolaridade, são as responsáveis por colocar mulheres pobres no centro dos grupos possivelmente mais afetados pela pandemia do coronavírus; o caminho inverso também se mostra verdadeiro, na medida em que a crise sanitária e econômica em curso tem o poder de impor profundos retrocessos na busca por justiça social e igualdade de gênero no país. Por outro lado, as mulheres também podem ser sujeitas-chaves para mitigar os impactos da crise sobre os mais vulneráveis, dado o papel que desempenham em suas famílias e comunidades, como aponta o documento “Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women” (2020), elaborado pelas Nações Unidas: “Women will be the hardest hit by this pandemic but they will also be the backbone of recovery in communities. Every policy response that recognizes this will be the more impactful for it”¹.

Assim, a pandemia do coronavírus, hoje vivida de forma ainda mais dramática pelos brasileiros e pelas brasileiras que são alvos diretos de um governo, a nível federal, de cariz autoritário, conservador, de extrema direita, e que flerta com o fascismo, exige uma transversalização de gênero nas análises, pesquisas e políticas interventivas, a fim de mitigar um de seus efeitos mais esperados: o aprofundamento e agravamento de desigualdades de gênero estruturais e sistêmicas. Desta forma, o objetivo do presente trabalho é refletir sobre como as desigualdades de gênero particularizam os efeitos da pandemia do Covid-19 para as mulheres no Brasil, sobretudo mulheres pobres e negras. Para tanto, lançaremos mão do recurso a dados estatísticos já disponíveis sobre essa realidade até o presente momento, além de possibilitar seu desvelamento à luz do debate teórico e crítico em torno de categorias como: desigualdade de gênero, violência contra as mulheres e divisão sexual do trabalho.

2 Vulnerabilidades sócio-econômicas e pobreza

Embora seja essencialmente uma crise global de saúde, a pandemia do coronavírus representa também uma crise econômica sem precedentes, com efeitos es-

1 “As mulheres serão as mais afetadas por esta pandemia, mas também serão a espinha dorsal da recuperação nas comunidades. Toda resposta política que reconheça isso terá mais impacto para ela” (Livre tradução das autoras)

pecialmente devastadores em países periféricos e/ou em desenvolvimento. Segundo relatório da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OECD (2020), mulheres são mais vulneráveis a qualquer crise que acarrete perda ou redução de renda: mulheres ganham menos, têm menos acesso a benefícios previdenciários, são maioria dentre as famílias monoparentais, estão mais representadas no mercado informal de trabalho e suas taxas de pobreza são mais altas.

No Brasil, hesita-se em falar sobre feminização da pobreza (PEARCE, 1978)², o que o Relatório do IPEA (2011), sobre o retrato das desigualdades de gênero e raça no país, atribui a uma limitação na maioria das pesquisas sobre pobreza no Brasil, que se utilizam de linhas unicamente monetárias e com base em renda per capita. Esse método, ao analisar a pobreza de maneira unilateral, pressupõe uma igualdade na distribuição e apropriação de recursos internamente de cada família, ignorando o fato de que as desigualdades de gênero também se (re)produzem no espaço familiar e doméstico.

A despeito da fragilidade de indicadores confiáveis que comprovem um fenômeno como feminização da pobreza, no sentido *stricto*, é sabido que a pobreza possui efeitos gendrados, ou seja, marcados por aquilo que De Lauretis (1989) chamou de “especificidades de gênero”. Mulheres são alvos privilegiados das políticas neoliberais de austeridade, flexibilização de condições trabalhistas e redução de políticas sociais, são mais sujeitas ao trabalho informal, precarizado e ao desemprego. Conforme Hirata e Kergoát (2007, p. 600), “a divisão sexual do trabalho amolda as formas do trabalho e do emprego e, reciprocamente, que a flexibilização pode reforçar as formas mais este-reotipadas das relações sociais de sexo”.

Relatório do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2019) aponta que, em 2018, a distância entre as taxas de desocupação de homens e mulheres foi de 3,2 pontos percentuais, com o Amazonas, não coincidentemente um dos estados mais afetados pela crise do coronavírus, representando a unidade da federação com a maior discrepância de 6,0 pontos percentuais entre as taxas de ocupação de homens e mulheres. Por diversas razões, as mulheres enfrentam mais dificuldade para ingressar e permanecer no mercado de trabalho.

As mulheres também têm menos acesso a mecanismos de proteção social vinculados ao mercado formal de trabalho. De acordo com relatório do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – Dieese (2011), com rendimentos inferiores aos masculinos e forte presença no trabalho informal, a contribuição das mulheres para a Previdência Social em 2019 também foi 17% menor em comparação com a dos homens, impactando o valor das aposentadorias. Contribuir regularmente para a Previdência Social ainda é uma realidade distante para a maioria das trabalhadoras brasileiras. Recebendo menos e trabalhando em empregos precarizados e informais, 35,5% do total de mulheres empregadas no Brasil não contribuem. Dentre as trabalhadoras domésticas, que representam uma parcela significativa das mulheres empregadas no Brasil, a taxa de contribuição é ainda menor: 62% não são contribuintes.

Um Boletim informativo produzido pela Rede de Pesquisa Solidária (2020), em parceria com várias instituições acadêmicas, como USP, UFRGS e CEBRAP, revelou o que muitos já sabiam: que o principal obstáculo para que pessoas em situação de vulnerabilidade cumpram as medidas de isolamento social é a fome.

2 O termo feminização da pobreza foi cunhado pela primeira vez por Diane Pearce, em 1978, para se reportar à realidade de mulheres responsáveis, sozinhas, pela manutenção financeira do lar e dos filhos, as chamadas mulheres chefes de família. O conceito passou a ser utilizado, também, para indicar as condições de vulnerabilidade que afetam as mulheres no mundo do trabalho.

A fome e a falta de renda para aquisição de alimentos constituem as dificuldades mais recorrentes e críticas que a população desses territórios enfrenta nesse momento. Há percepção generalizada de que a fome causada pela privação de recursos atinge muitas famílias. O risco à segurança alimentar se intensifica à medida em que a epidemia se prolonga e recursos emergenciais se mostram insuficientes.[...] Diante do agravamento das necessidades e da insuficiência das respostas governamentais, as lideranças relataram crescimento das pressões pela retomada de atividades de geração de renda, o que muitas vezes implica o não cumprimento das recomendações de isolamento social e, por consequência, o aumento do risco de contágio. (p. 3-4)

A insegurança alimentar, bem antes da pandemia, já era mais alta em casas chefiadas por mulheres que, carregando marcadores da diferença de gênero, raça, território e escolaridade, encontram mais dificuldades de driblar a fome e vivem no limiar da sobrevivência, ganhando hoje o necessário para comer amanhã. Já é possível encontrar matérias de jornais noticiando os desafios enfrentados por mães solo³ durante a pandemia, lidando com perda de renda, moradias precárias e, principalmente, a fome; acordar mais tarde para encurtar o dia foi a estratégia descrita por uma delas em entrevista concedida à Folha de São Paulo, em abril de 2020.

As crianças fora da escola, consequência das medidas necessárias de distanciamento social, já seria o suficiente para desestruturar a distribuição de recursos nos lares de brasileiros em vulnerabilidade social, já que representa mais demanda por gás e alimento com a perda da merenda escolar, que, para muitas crianças brasileiras, é a principal refeição do dia. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – IBASE (2008) indicou que 32,9% dos titulares do Bolsa Família à época declaravam que a alimentação da família piorava durante as férias escolares. Desigualdades sócio-históricas e econômicas profundamente enraizadas na realidade brasileira agudizam os impactos da pandemia sobre os grupos mais vulneráveis e marginalizados, sendo as mulheres, em especial as mulheres pobres, as mais afetadas. A crise sanitária e econômica do Coronavírus traz à tona o fantasma da fome, presença recorrente nas casas das famílias brasileiras, como indica pesquisa realizada em abril de 2020 pelo Instituto Data Favela, Cufa e Instituto Locomotiva (AGÊNCIA BRASIL, 2020), segundo a qual nove em cada dez mães moradoras de favelas terá dificuldade para comprar comida após apenas um mês sem renda.

Vivendo sob regimes de precarização da vida anteriores à pandemia, as mulheres pobres, em sua maioria pretas, moradoras de periferias e favelas, tem o frágil orçamento doméstico facilmente desestabilizado. Todas essas camadas de vulnerabilidade apontam para as mulheres como aquelas possivelmente mais profunda e severamente afetadas pela crise econômica imposta pela pandemia do coronavírus.

3 Economia do cuidado e sobrecarga de trabalho não remunerado

O valor monetário global do trabalho de cuidado não remunerado prestado por mulheres a partir de 15 anos é de mais de 10,8 trilhões de dólares por ano, três vezes

3 Mães solo trata-se de uma expressão para nomear mães que criam seus filhos sozinhas, sem a presença do companheiro ou pai da criança.

mais do que o setor de tecnologia do mundo, de acordo o relatório Tempo de Cuidar, da Oxfam (2019). Silvia Federici (2017) aponta que a desvalorização do trabalho feminino foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo. Durante o período de acumulação primitiva, o trabalho das mulheres passou a ser entendido como uma espécie de recurso natural e as atividades femininas de reprodução da vida foram rotuladas como não-trabalho.

A divisão desigual de tarefas domésticas e a consequente sobrecarga de trabalho suportado pelas mulheres é elemento essencial da engrenagem da desigualdade de gênero, (re)produzindo uma série de obstáculos que dificultam ou impedem o acesso de meninas e mulheres a uma série de direitos humanos, além de reforçar sua vulnerabilidade à pobreza e ao trabalho precário (CARMONA, 2013).

No Brasil, de acordo com a Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua – PNDA Contínua (2018), as mulheres gastam, em média, quase o dobro das horas semanais dos homens em atividades de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas. Essa desigualdade de tempo livre tem um custo alto para as mulheres: mais dificuldades para sair da pobreza e menos oportunidades de ascender socialmente, de participar de atividades remuneradas, poupar recursos e gozar de direitos previdenciários, como a aposentadoria remunerada (CARMONA, 2013).

A categoria do cuidado é central em momentos de crise sanitária. Além de serem maioria entre os profissionais de saúde na linha de frente do combate ao vírus, as mulheres também são aquelas que, desproporcionalmente, realizam o trabalho invisível, não-remunerado e desvalorizado de cuidado da casa, das crianças, dos doentes e dos idosos.

Em entrevista concedida à Folha de São Paulo em abril de 2020, Débora Diniz explica como a pandemia escancarou a dinâmica desigual da economia do cuidado no Brasil: “Quando o Estado não protege e nos abandona, é aí que a pandemia tem gênero, porque o cuidado cabe às mulheres”.

Além da suspensão das aulas e fechamento das creches, as mulheres pobres também encaram, durante a pandemia, a perda de conexão com outras mulheres. Especialmente nas periferias e favelas brasileiras, é comum a formação de redes comunitárias entre vizinhas e amigas, revezando-se e apoiando-se no cuidado das crianças. As avós, figuras importantes no cuidado das crianças, podem não estar presentes como antes, devido ao distanciamento social e aos riscos mais severos que o vírus impõe aos mais velhos. Com a possível suspensão ou redução de visitas, mulheres divorciadas, cuja guarda dos filhos é compartilhada com as figuras paternas, podem perder uma parcela de tempo livre importante para sua manutenção, logo em um momento tão crítico para a sobrevivência material e o bem estar e saúde mental e emocional.

Assim, diferente de recessões econômicas não provocadas por crises de saúde, que não costumam interromper serviços essenciais para as mulheres, a crise vivida hoje implica fechamento de serviços de creches e escolas públicas e privadas, bem como uma possível redução de redes de apoio mútuo nas comunidades. É uma característica dessa crise que afeta principalmente as mulheres.

No contexto de pandemia, o aumento exponencial da demanda por cuidado tem o poder de aprofundar desigualdades de gênero já alarmantes no Brasil, já que é sobre as mulheres que o cuidado com os idosos, com as crianças e com os doentes tende a recair. Mães solo, que trabalham no mercado precário e informal ou em serviços essenciais, podem estar encontrando muita dificuldade de garantir a saúde e a seguran-

ça dos seus filhos, precisando recorrer ao descumprimento das medidas de distanciamento social, mantendo contato com vizinhas e familiares.

Assim, fica evidente que condições prévias de vulnerabilidade e precarização, em razão de marcadores de raça, gênero e território, bem como desproteção trabalhista e pobreza têm o poder de hiper vulnerabilizar as mulheres frente a uma crise em que o cuidado, de si, do outro e do coletivo, é essencial para a sua superação.

4 Violência doméstica e intrafamiliar

Outro desafio que particulariza a experiência das mulheres durante o isolamento social é, sem dúvida, a sujeição à violência doméstica e intrafamiliar. Diversas vezes abordada como “a epidemia dentro da epidemia”, a agudização da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres no Brasil escancara que o espaço privado e doméstico não é sinônimo de conforto, segurança e proteção para muitas mulheres no Brasil. Assim como a pandemia, o aumento da violência contra as mulheres também é um fenômeno global, cuja necessidade de atenção redobrada e enfrentamento já foram destacadas pelas Nações Unidas. A casa, outrora espaço de proteção, torna-se o espaço da violência, como destaca Barroso (2020).

Mesmo com a falta de pesquisas nacionais consistentes em tempo real, o que revela o descaso e a negligência do Estado com a perpetuação e agudização da violência silenciosa contra as mulheres nos lares brasileiros, já é possível falar em um aumento de casos em diversas regiões do país. De acordo com a Agência Brasil (2020), a partir de dados do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, em abril de 2020, já com as medidas de distanciamento social em pleno vigor, as denúncias de violações aos direitos e à integridade das mulheres aumentaram 36% se comparado ao mesmo período de 2019, isso sem considerar a enorme subnotificação do fenômeno da violência contra as mulheres no país.

Os impactos econômicos da pandemia, com perda total ou parcial de emprego e renda, seguidos das agudização de problemas financeiros, podem ter um impacto particular na saúde mental dos homens. Segundo Zanello (2018), o processo de subjetivação dos homens se dá por meio do “dispositivo da eficácia”, a partir do qual os homens aprendem que seu valor social e identidade dependem da sua capacidade de serem trabalhadores produtivos e provedores para suas famílias. No entanto, muitas vezes, são as mulheres que pagam o preço mais alto da saúde mental fragilizada e do estresse masculino. Pela posição ocupada pelas mulheres na hierarquia de gênero, os conflitos e tensões conjugais podem facilmente se converter em episódios de violência psicológica, física, moral e sexual contra elas.

Além disso, a perda da conexão com outras mulheres (vizinhas, amigas, colegas de trabalho e familiares) impõe às mulheres um regime de silêncio e invisibilidade que dificulta a quebra do ciclo da violência. Além dos desafios já mencionados impostos pelo confinamento às mulheres em relacionamentos abusivos e em situação de violência, o fato de que a crise sanitária implica realocação de recursos pode prejudicar o andamento das políticas sociais e serviços de atendimento a vítimas de violência doméstica, representando retrocessos nos frágeis avanços conquistados pela responsabilidade estatal no enfrentamento de um problema que é, histórica e tradicionalmente, percebido como “privado” e “fora da alçada do Estado”.

Ressalta-se, no entanto, que é necessária atenção com a relação de causalidade entre a pandemia e o aumento de casos de violência contra as mulheres, sob o risco de esvaziar os determinantes sociais e culturais envolvidos no fenômeno multifatorial da violência doméstica e intrafamiliar contra as mulheres, cuja raiz se encontra nas relações de poder sócio-culturais historicamente construídas entre homens e mulheres (BARBOSA et.al., 2020).

5 Direitos sexuais e reprodutivos em risco

A pandemia também têm sido cenário de ataque aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres no Brasil. Reportagem do The Intercept Brasil denunciou a suspensão do abastecimento de preservativos pela Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo, por serem considerados serviços não-urgentes. Laqueaduras e vasectomias também foram interrompidas no município. No Rio de Janeiro, serviços de colocação de DIU e abastecimento de camisinhas e pílulas anticoncepcionais também foram suspensas em alguns equipamentos de saúde do município, de acordo com a reportagem.

No fim de março de 2020, a revista AZmina (2020) noticiou o interrompimento do serviço de abortamento legal no principal hospital em São Paulo. Segundo a reportagem, a Secretaria de Saúde do estado informou que o atendimento ambulatorial foi suspenso para reduzir a circulação de pessoas e evitar o contágio pelo Covid-19 durante internação e procedimentos. Essa decisão, revogada pouco tempo depois por pressão popular e institucional do ativismo feminista, viola todas as recomendações das agências das Nações Unidas (ONU Mulheres, 2020) sobre a incorporação da igualdade de gênero nas respostas à crise, segundo as quais os serviços de aborto legal, atendimento a vítimas de violência sexual, distribuição de métodos contraceptivos, programas e serviços de atenção à saúde materna, planejamento familiar e informações sobre direitos sexuais e reprodutivos devem ser mantidos e fortalecidos como serviços essenciais a vida das mulheres.

A destinação de recursos e a concentração de atenções e esforços para o enfrentamento da crise do Covid-19, aliado a um processo de retrocesso de direitos sexuais e reprodutivos e ascensão do conservadorismo anti-mulher em curso no Brasil, pode exacerbar problemas já bastante severos, como a mortalidade materna, que voltou a crescer no país desde 2013 (GUIMARÃES et. al, 2017), e a gravidez na adolescência (UNITED NATIONS, 2020)

O Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) estima que 47 milhões de mulheres podem perder o acesso regular a contraceptivos em tempos de pandemia, resultando em 7 milhões de gestações indesejadas nos próximos meses, o que, no Brasil, pode resultar em um aumento no número de abortos ilegais e conseqüentemente de mortes maternas evitáveis, um dos principais indicadores de qualidade do sistema de saúde de um país, bem como de igualdade de gênero.

6 Considerações finais

A realidade de epidemias não é uma novidade na história da humanidade. Certamente o contexto de capitalismo mundializado e a nova ordem geopolítica impõem de-

safios de natureza econômica, social e política. Olhar pelo retrovisor da história é indispensável para elaborar respostas adequadas à crise atual do Covid-19 e as outras que, porventura, sobrevenham à humanidade. A epidemia do zika vírus no Brasil representou uma crise de saúde que agudizou especialmente a vulnerabilidade social de mulheres pobres do nordeste brasileiro, vivendo em regimes de precarização da vida em razão de marcadores de gênero, raça, território, regionalidade e escolarização. A negligência do Estado anterior e durante a epidemia, bem como o abandono depois de sua superação, deixou marcas profundas nas trajetórias de mulheres anônimas, periféricas, com baixa escolaridade, pobres e dependentes dos serviços públicos.

É a partir dessa perspectiva que destacamos no presente artigo como as desigualdades de gênero particularizam os impactos da crise do Coronavírus sobre as mulheres a partir de quatro aspectos, a saber: vulnerabilidades econômicas e pobreza; economia do cuidado e sobrecarga de trabalho doméstico não remunerado; violência doméstica e intrafamiliar e direitos sexuais e reprodutivos em risco.

Tais desigualdades, profundamente enraizadas na construção sócio-histórica e cultural do nosso país, coloca as mulheres no centro dos grupos mais potencialmente afetados pelo coronavírus e justifica a transversalização de gênero nas análises, planejamentos, pesquisas e políticas interventivas do Estado em tempos de pandemia.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Pesquisa em favelas mostra que mães não conseguirão comprar alimentos**. 04 de março de 2020. Disponível em: <<https://www.ilocomotiva.com.br/single-post/2020/04/03/AG%C3%A8ANCIA-BRASIL-Pesquisa-em-favelas-mostra-que-m%C3%A3es-n%C3%A3o-conseguir%C3%A3o-comprar-alimentos>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

AGÊNCIA BRASIL. **Ligue 180 registra aumento de 36% em casos de violência contra mulher**. 30 de maio de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-05/ligue-180-registra-aumento-de-36-em-casos-de-violencia-contra-mulher>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. **PNAD: insegurança alimentar nos domicílios cai de 30,2% em 2009 para 22,6% em 2013**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/14735-asi-pnad-inseguranca-alimentar-nos-domicilios-cai-de-302-em-2009-para-226-em-2013>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

AZMINA. **Principal hospital de aborto legal de SP interrompe o serviço na crise do coronavírus**. 26 de março de 2020. Disponível em: <<https://azmina.com.br/reportagens/aborto-legal-sao-paulo-interrompe-servico-cri-se-coronavirus/>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BARBOSA, J. P. M. [et. al.]. **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela Covid-19**. 2020. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328/592>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BARROSO, Hayeska Costa. O paradoxo da casa como espaço de proteção. Artigo de Opinião. *Jornal O Povo*. Edição de 14 de maio de 2020. Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/jornal/opiniao/2020/04/09/hayeska-costa-barroso--o-paradoxo-da-casa-como-espaco-de-protecao.html>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA [et al.]. Retrato das desigualdades de gênero e raça. 4. ed. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/pdf/190327_tema_a_pobreza_e_mulheres_nos_20_anos_apos_beijing.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

CARMONA, Magdalena Sepúlveda. Unpaid care work, poverty and women's human rights: challenges and opportunities for the post-2015 agenda. UN Women in collaboration with ECLAC Expert Group Meeting Structural and policy constraints in achieving the MDGs for women and girls. Mexico City, Mexico, 21-24 October 2013. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/58/op1-magdalena-sepulveda%20pdf.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

CEBRAP. Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. [et. al.]. Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade. Boletim 7, 22 de maio de 2020. Disponível em: <<https://rededesquisasolidaria.org/wp-content/uploads/2020/05/boletim-7-pps.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

DE LAURETIS, Teresa. *Technologies of Gender: Essays on Theory, Film and Fiction*. Bloomington: Indiana University Press, 1989.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Anuário das mulheres brasileiras. São Paulo: DIEESE, 2011. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/anuario/2011/anuarioMulheresBrasileiras2011.html>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

DINIZ, Debora. Vírus Zika e mulheres. *Cad. Saúde Pública*. Rio de Janeiro, 32(5): e00046316, mai, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24896/4/ARTIGO_ZikaVirusMulheres.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. À espera de auxílio do governo contra coronavírus, mães solo driblam fome acordando mais tarde. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/04/a-espera-de-auxilio-do-governo-contra-coronavirus-maes-solo-driblam-fome-acordando-mais-tarde.shtml>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

FOLHA DE SÃO PAULO. Mundo pós-pandemia terá valores feministas no vocabulário comum, diz antropóloga Debora Diniz. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/04/mundo-pos-pandemia-tera-valores-feministas-no-vocabulario-comum-diz-antropologa-debora-diniz.shtml>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

FUNDO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Novas projeções do UNFPA prevêem um impacto calamitoso na saúde da mulher, enquanto a pandemia do COVID-19 continua. 28 de abril de 2020. Disponível em: <<https://www.unfpa.org/press/new-unfpa-projections-predict-calamitous-impact-womens-health-covid-19-pandemic-continues>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

GUIMARÃES, T. A. [et. al.]. Mortalidade materna no Brasil entre 2009 e 2013. *Revista de Pesquisa em Saúde*. 18(2): p. 81-85, mai-ago, 2017.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniéle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

IBASE. Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas – Documento Síntese, Jun/2008. Disponível em: <https://ibase.br/userimages/ibase_bf_sintese_site.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Chefe da ONU alerta para aumento da violência doméstica em meio à pandemia do coronavírus. 06 de abril de 2020. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/chefe-da-onu-alerta-para-aumento-da-violencia-domestica-em-meio-a-pandemia-do-coronavirus/>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

OECD. **Women at the core of the fight against COVID-19 crisis**. 2020. Disponível em: <https://read.oecd-ilibrary.org/view/?ref=127_127000-awfnqj80me&title=Women-at-the-core-of-the-fight-against-COVID-19-crisis>. Acesso em: 31 mai. 2020.

ONU Mulheres. Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. Março/2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf>. Acesso em: 31 mai. 2020.

OXFAM Brasil. Relatório Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. 2019. Disponível em: <<https://oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

PEARCE, Diane. The feminization of poverty: women, work and welfare. In: *Urban and Social Change Review*, 1978. (p. 28-36).

PNAD/IBGE. Pesquisa por Amostra de Domicílio Contínua. Outras formas de trabalho. 2018. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2020/05/relatorio-ibge-outras-formas-de-trabalho-2018.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

THE INTERCEPT BRASIL. Coronavírus: serviços de saúde cortam contraceptivos quando mulheres mais precisam evitar gravidez. 20 de abril de 2020. Disponível em: <<https://theintercept.com/2020/04/20/coronavirus-evitar-gravidez-mas-cortam-contraceptivos/>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

UNITED NATIONS. Policy Brief: The Impact of COVID-19 on Women. 2020. Disponível em: <<https://www.unwomen.org/-/media/headquarters/attachments/sections/library/publications/2020/policy-brief-the-impact-of-covid-19-on-women-en.pdf?la=en&vs=1406>>. Acesso em: 31 mai. 2020.

ZANELLO, Valeska. Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação. Curitiba: Appris, 2018.